

1.º TEN PM Firmino Pereira de Carvalho Filho

2.º TEN PM Aécio Alvares de Moura Filho

2.º TEN PM Artur Gonçalves de Souza

Avaliação Escolar na APM

(Trabalho Técnico Científico)

Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás
Goiânia, Novembro de 1997

AVALIAÇÃO ESCOLAR NA APM

(Trabalho Técnico Científico)

1.º TEN PM FIRMINO PEREIRA DE CARVALHO FILHO

2.º TEN PM AÉCIO ÁLVARES DE MOURA FILHO

2.º TEN PM ARTUR GONÇALVES DE SOUZA

AVALIAÇÃO ESCOLAR NA APM

(Trabalho Técnico Científico)

Trabalho Técnico Pedagógico
apresentado como exigência final de
conclusão do curso de técnica de ensino
(CTE), ministrado pela Academia de
Polícia Militar do Estado de Goiás, sob a
orientação da Professora Mestre em
Educação Marilza Montagnini.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
GOIÂNIA, NOVEMBRO DE 1997

ÍNDICE

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	7
I. Conceitos Fundamentais	10
1.1 Conceitos da Avaliação	10
1.2 Funções da avaliação.....	11
a) Funções Gerais	11
b) Funções Específicas	11
1.3 Modalidades de Avaliação	12
a) Avaliação diagnóstica	12
b) Avaliação formativa	12
c) Avaliação somativa	12
1.4 Conceitos de Testar, Medir e Verificar.....	12
a) Testar.....	12
b) Medir.....	13
c) Verificar.....	13
II. Princípios Básicos de Avaliação e da Medida	14
2.1 Princípios da Avaliação	14
2.2 Princípios da Medida.....	16
III. Etapas da Avaliação	17
IV. Técnicas e Instrumentos de Avaliação	21
4.1 À técnica de observação e instrumento.....	24
a) Fundamentos, Conceitos e Caracterização	25
b) Tipos de Observação	27
c) Vantagens e Limites da Observação.....	29
d) O Observador	30
- Capacidades necessárias ao observador.....	31
- Atividades a serem desenvolvidas pelo observador	33
- Preparo do observador.....	34

e) Usos e aplicações da observação	35
- A observação nas ciências	36
- Observação e educação	37
f) Projetos ou plano de observação	37
- Definição clara de objetivos	38
- Determinação do foco de observação	38
- Delimitação do campo	39
- Tempo e Duração	39
g) Técnicas de Documentação	41
h) Técnicas de Coleta de Dados	41
i) Instrumentos e Recursos	43
4.2 Técnica de Entrevista e do Questionário	44
a) Entrevista	44
- Entrevista individual	44
- Entrevista de grupo	44
b) Questionário	45
4.3 Técnica Sociométrica	45
4.4 Instrumentos: Provas e Testes	47
a) Construção de Itens de Dissertação	48
b) Construção de Itens Objetivos	49
c) Elaboração e Aplicação da Prova Objetiva	50
V. Normas sobre Avaliação Escolar da APM	51
5.1 Normas para o planejamento e conduta do ensino – 1997/98 (NPCE)	52
5.2 Regimento Interno da Academia de Polícia Militar – RIAPM	55
VI. Comparação da Norma sobre Avaliação Escolar da APM com a Doutrina	67
6.1 Visão oficial da norma sobre avaliação escolar da APM	67
6.2 Visão real da norma sobre avaliação escolar da APM	69
VII. Sugestões	70
CONCLUSÃO	71
BIBLIOGRAFIA	74

RESUMO

A avaliação do Ensino-Aprendizagem busca descrever algo em termos de atributos selecionados e julgar o grau de aceitabilidade do que foi descrito, buscando assim, evidências necessárias para melhoria do ensino-aprendizagem.

A avaliação tem sido desvirtuada do seu objetivo, sendo utilizado como processo de castigo ou vingança por parte dos educadores, contudo, surge uma nova linha de teóricos da educação estabelecendo um conceito de característica humanística para o processo de avaliação, reconhecendo o seu verdadeiro e importante papel de auxiliar do processo de planejamento e orientação do ensino. Dentro destas proposições buscamos estudarmos o processo de avaliação do ensino-aprendizagem da Academia de Polícia Militar, estabelecendo paralelos entre a teoria e a norma vigente, usando para isto, uma visão oficial, que consiste na observação da norma em si e de uma visão real, que consiste na aplicação desta lei e a partir daí verificar se esta norma esta atendendo as suas finalidades de auxiliar do planejamento e reorientação do processo de ensino-aprendizagem, enfim, se ela caminha junto as inovações propostas cientificamente.

Feito esta comparação propusemos algumas alterações básicas, com a finalidade de adaptá-la a evolução da ciência pedagógica, no tocante ao processo de avaliação do ensino-aprendizagem, tendo como sugestões, a liberdade na escolha do instrumento de avaliação, a mudança do conceito de verificação corrente para adequa-lá a finalidade da avaliação e a instituição do exame de curso

Postas estas sugestões, encerramos o presente trabalho, consciente de que o epigrafado atendeu os seus objetivos, mas contudo não esgotou e nem poderia ter esgotado o assunto, porém, deu a sua parcela de contribuição para o ensino desta renomada instituição policial militar de ensino superior.

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação do rendimento escolar, tem sido nos últimos tempos uma preocupação para os educadores, pois, é constatada a sua real importância para o planejamento e orientação do processo de ensino-aprendizagem.

De uma maneira geral não poderia ser diferente esta preocupação na Academia de Polícia Militar, pois, esta Instituição de ensino superior, tem por função a formação, atualização, aperfeiçoamento, especialização, etc. dos oficiais de polícia militar.

Dentro da atual conjuntura social, nota-se uma preocupação das instituições públicas no preparo dos seus profissionais para melhor servir a sociedade, que a cada dia se torna mais exigente.

Tomando por fundamento que uma boa formação acadêmica, necessita de um planejamento adequado e que um meio auxiliar e de suma importância é a avaliação do rendimento escolar, buscamos através deste trabalho estudar o atual sistema de avaliação da Academia de Polícia Militar, confrontando-o com as teorias sobre avaliação escolar proposta por pesquisadores atuais. Após o estudo, passaremos a sugerir alterações viáveis.

AVALIAÇÃO ESCOLAR NA APM

I. Conceitos Fundamentais

Para que possamos entender o desenvolvimento do presente Trabalho Técnico Científico, precisamos abordar alguns conceitos básicos:

1.1. Conceitos de Avaliação

a) "É a coleta de dados por meio da qual se determinam as mudanças de comportamento do aluno e em que medida estas mudanças ocorrem" (Bloom).

b) "A avaliação educativa é um processo complexo que começa com a formulação de objetivos e requer a elaboração de meios para obter evidência de resultados, interpretação dos resultados para saber em que medida foram os objetivos alcançados e formulação de um juízo de valor". (Sarubbi, 1971)

c) "A avaliação é um método de adquirir e processar evidências necessárias para melhorar o ensino e a aprendizagem; inclui uma grande variedade de evidências que vão além do exame usual de papel e lápis", e é um processo para determinar em que medida os alunos estão se desenvolvendo dos modos desejados; é um sistema de

controle de qualidade, pela qual pode ser determinada etapa por etapa do processo do ensino-aprendizagem, a efetividade ou não do processo e, em caso negativo, que mudanças devem ser feitas para garantir sua efetividade. (Bloom, Hasting, Madaus, 1971).

Dentro dos conceitos destes renomados doutrinadores, vimos que a avaliação pressupõem algumas funções que podemos separá-las em funções gerais e específicas.

1.2. Funções da Avaliação

a) Funções Gerais da Avaliação

- Fornecer as bases para o planejamento;
- Possibilitar a seleção e classificação de pessoal (professores, alunos, especialistas, etc);
- Ajustar políticas e práticas curriculares.

b) Funções Específicas da Avaliação

- Facilitar o diagnóstico;
- Melhorar a aprendizagem do ensino;
- Facilitar o controle;
- Estabelecer situações individuais da aprendizagem;
- Promover uma classificação.

Caracterizado estas funções da avaliação adotaremos a divisão de modalidades de avaliação de Bloom, em avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

1.3. Modalidades de Avaliação

a) Avaliação Diagnóstica

Forma pela qual se determina e diagnostica o grau em que o aluno domina os objetivos previstos para iniciar uma unidade de ensino.

b) Avaliação Formativa

Forma pela qual busca basicamente identificar insuficiências principais em aprendizagens iniciais, necessárias à realização de outras aprendizagens.

c) Avaliação Somativa

É o processo de descrição e julgamento para classificar os alunos ao final de uma unidade, semestre ou curso, segundo níveis de aproveitamento, expressos em graus (notas) ou conceitos.

Uma vez esclarecendo as funções de modalidades de avaliação cabe-nos também diferenciar o que é testar, medir e verificar.

1.4. Conceitos de Testar, Medir e Verificar

a) Testar

Quer dizer, verificar através de alguma coisa previamente arranjada, as quais são chamadas testes.

b) Medir

Medir tem a característica ou conceito mais abrangente que testar, pois, medir inclui outros instrumentos além do teste, que tem por função determinar o grau e a dimensão dos ensinamentos adquiridos, devendo ser sempre expressos em números.

c) Verificar

É investigar a verdade de alguma coisa, através do processo de observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações que delimitam o objeto ou ato com o qual se está trabalhando. A verificação encerra-se no momento em que o objeto ou ato de investigação chega a ser configurado, sinteticamente no pensamento abstrato, isto é, no momento em que se chega à conclusão que tal objeto ou ato possui determinada configuração.

II. PRINCÍPIOS BÁSICOS DE AVALIAÇÃO E DA MEDIDA

2.1- PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

Considerando que a avaliação é um processo e, como tal é mais efetiva quando baseada em sólidos princípios operacionais. Esses princípios proporcionam direção ao processo e serve como critérios para verificar a efetividade de procedimento de práticas específicas. São princípios da avaliação, segundo Bradfield:

a) Determinar e classificar o que vai ser avaliado sempre tem prioridade no processo de avaliação. Nada pode ser feito até que os propósitos de avaliação não sejam claramente definidos. De outra parte, a conceituação do atributo que vai ser avaliado (aproveitamento, inteligência, desenvolvimento sócio-emocional, etc.) devem ser claramente identificado. A efetividade do processo depende de uma cuidadosa descrição do que vai ser avaliado.

b) As técnicas de Avaliação devem ser selecionadas em termos dos propósitos a que servem. Nem todas as técnicas e instrumentos são adequadas aos mesmos fins. Uma vez determinados os objetivos e a natureza do que vai ser avaliado é que as técnicas devem ser selecionadas em obediência a esses fatores.

c) A avaliação compreensiva requer uma variedade de técnicas. Quando devem ter um quadro mais completo do desenvolvimento do aluno, necessitamos combinar uma série de técnicas tanto as que se ajustam mais a avaliação de aspectos quantitativos como as que são mais adequadas à avaliação de fatores qualitativos.

d) o uso apropriado das técnicas de avaliação requer consciência de suas limitações e possibilidades. Muitas são as margens de erro que encontramos, não só nos próprios instrumentos de avaliação (provas, testes, etc.); como também no próprio processo (modos como os instrumentos são usados). No entanto, a principal fonte de erro, sem dúvida, é a interpretação inadequada dos resultados. Em geral, os professores atribuem aos instrumentos uma precisão que estes não possuem. Na melhor das hipóteses, nossos instrumentos e técnicas de avaliação proporcionam somente resultados aproximados, que devem, portanto, ser assim considerados.

e) A avaliação é um meio para alcançar fins e não um fim em si mesma. O uso da avaliação implica propósito útil, significativo. É necessário que a escola, os professores e os alunos retomem com mais clareza e atenção esse princípio. Isso implica atribuir a avaliação seu verdadeiro papel, ou seja, de que deve esse processo. Contribuir para melhorar as decisões de natureza educacional - melhorar - melhorar o

ensino e a aprendizagem, bem como o planejamento e o desenvolvimento curricular. O entendimento errôneo e a desobediência a esse princípio tem sido, em grande parte, causa da frustração de alunos e professores, da insuficiência da aprendizagem, escolar e, sobretudo, da falta de motivação para aprender por parte de alunos, tal entendimento tem ocasionado a perda do verdadeiro significado do próprio ensino-aprendizagem, como facilmente é constatável.

2.2- PRINCÍPIOS DA MEDIDA

E, segundo Eraldo Maria Viana, são princípios básicos da medida Educacional:

a) A medida do desempenho escolar é fundamental para uma educação.

A educação a que esse princípio se refere é a ministrada na escola; a que resulta de um esforço deliberado e consciente para a concretização de determinados objetivos. Trata-se portanto, da educação formal, cujo processo é controlado através da realização de objetivos preestabelecidos. A mensuração do desempenho escolar perante, assim, determinar até que ponto esses objetivos foram realmente alcançados e, ao mesmo tempo, fornece subsídios para a correção de possíveis distorções do Trabalho Educacional.

III. ETAPAS DA AVALIAÇÃO

Dado a utilização da medida no processo de avaliação, necessitamos estabelecer algumas etapas a ser seguida para alcançar os objetivos propostos, (Thorndike, 1973), são os seguintes:

a) indicar e definir o atributo a ser mensurado, isto é o que vamos medir e avaliar;

b) determinar um conjunto de operações em virtude do qual possa o atributo tornar-se perceptível ou manifesto, isto é, estabelecer como medir e avaliar o atributo em causa;

c) estabelecer em conjunto de procedimentos que permitam traduzir os resultados em termos quantitativos, isto é, representar os resultados por meio de símbolos (números, conceitos, etc.).

Em função dos propósitos nacionais, Culotto, estabeleceu em seu trabalho, etapas similares a de Thorndike, e teríamos segundo esta as seguintes:

a) Determinar o que vai ser avaliado, ou seja, formular os objetivos em termos de comportamento observável, bem

b) Os instrumentos de medida facilitam as observações que o professor realiza do desempenho do estudante.

c) Todos os objetivos importantes podem ser mensurados.

A afirmação que todos os objetivos educacionais podem ser mensurados não significa que sejam de fácil mensuração e que esta se faça exclusivamente através de testes de papel e lápis.

como, o distinguir as dimensões realmente mensuráveis do atributo. É preciso, pois, que o professor indique claramente quais as dimensões do comportamento, ou o que será avaliado: A aquisição pura e simples do conhecimento, habilidades, atitudes, interesses, etc.

b) Estabelecer os critérios e as condições para avaliação. Uma vez formulado o objetivo e definidos os atributos a ser mensurado, necessário se torna estabelecer critérios e condições. Ao predeterminarmos os critérios de avaliação, estamos lançando as bases do julgamento. Quanto mais objetiva e precisamente formularmos os critérios, menor será a subjetividade de nosso julgamento. Isso é mais fácil ocorrer na avaliação somática, usando instrumentos como testes objetivos.

c) selecionar os procedimentos e instrumentos de avaliação. Os objetivos, a natureza do atributo e os critérios preestabelecidos necessitam ser considerados para a tomada de decisões quanto a procedimentos e instrumentação. Há, como vimos, certos meios ou técnicas que são mais adequados para o alcance de objetivos determinados. No domínio, cognitivo há uma grande quantidade de técnicas e instrumentos a nosso dispor. Mesmo assim, quando desejamos utilizá-los necessitamos ajustá-los a nossos objetivos.

d) Quantificar o atributo em unidade de grau ou quantidade. Diz respeito esta etapa à aferição de resultados. Em suma, verifica-se que o processo de medir é posterior aos

objetivos. Primeiro devemos formulá-los claramente, depois poderemos buscar procedimentos de medidas. Grande parte da medida educativa e psicológica se encontra em níveis relativamente baixos de refinamento e precisão. Temos que reconhecer esse fato, ainda quando utilizados os melhores procedimentos a nossa disposição. Daí que deveremos tratar os resultados não como uma conclusão bem estabelecida, mas como uma hipótese tentativa. Os procedimentos mais refinados dos testes e das medidas formais têm de complementar-se com os procedimentos da observação informal, a descrição anedótica e a classificação, se queremos obter uma descrição do indivíduo que seja mais completa e compreensiva.

Por mais que engenhos que se empreguem na elaboração de procedimentos e instrumentos, nunca conseguiremos eliminar a necessidade de interpretar os resultados que proporcionam. Os procedimentos de medida não são mais que ferramentas. Para o uso de tais instrumentos necessitamos discernimento e destreza. Quanto mais preciso e variados forem os instrumentos, tanto mais destreza necessitaremos para usá-los com discernimento e eficiência.

IV. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os professores/instrutores avaliam seus alunos de modo espontâneo, sem o auxílio do que habitualmente chamamos de teste. Muitas vezes a atenção do professor se volta para uma expressão facial momentânea, um tom de voz, uma forma de postura; outras vezes, naturalmente considera as respostas que o aluno traz as perguntas feitas. Contudo este tipo de avaliação é não planejada; e diferente dos tipos de avaliação sistemáticos e quantitativos, avaliação diagnóstica, formativa, somativa e outras. Isto não sugere que a avaliação informal, espontânea, seja de pequeno valor ou de que haja qualquer contradição básica entre a avaliação formal e a informal. Nosso ponto de vista é que a avaliação informal deva ser suplementada com formas mais sistemáticas de coletar dados ou evidências.

Dentro destas proposições surge o problema que parece se configurar em termos de como proceder e que instrumentos utilizar, como processar uma avaliação sistemática, como descrever qualitativa ou quantitativamente.

Surgindo estas indagações, dentre as várias técnicas e os instrumentos que mais podem auxiliar o professor/instrutor em seu desempenho, adotaremos as enunciadas de Lindman, 1972.

“a) A observação e fichas (ou listas de controles), escalas, sistemas de categorias, etc.

b) Entrevistas e questionários;

c) A técnica sociométrica e sociograma;

d) A técnica de testagem (exame, verificação) e testes objetivos e de ensaio.”

Antes, porém, de desenvolvermos os conteúdos retro-indicados, é de suma importância observarmos os quadros propostos por Esteves, 1973.

DOMÍNIO COGNITIVO		
Modalidade de Avaliação	Técnica Aconselhada	Instrumentos e recursos
Dignóstica	Observação	Escalas, sistemas de categorias, anedotários, fichas.
	Testagem	Testes objetivos e de ensaio.
	Entrevista	Fichas
Formativa	Testagem	Testes com referência a critérios.
	Observação	Sistemas de categorias, escalas, fichas.
Somativa	Testagem	Testes objetivos e de ensaio.
	Observação em entrevista de sondagem.	Escalas, Fichas

DOMÍNIO AFETIVO		
Modalidade de Avaliação	Técnica Aconselhada	Instrumentos e recursos
Dignóstica	Testagem	Testes Psicológicos.
	Sociometria	Sociograma.
	Questionário	Sistema de categorias, escalas.
Formativa	Observação	Sistema de categorias, escalas.
	Testagem	Testes de atitudes.
Somativa	Observação	Fichas de acompanhamento, inventários, escalas de atitudes.
	Testagem	Testes objetivos, de atitudes, atenção, etc.

Quanto a modalidade de avaliação no domínio afetivo, nem sempre é realizável a modalidade formativa e somativa, a sua aplicação dependerá da natureza do objetivo e atributo.

DOMÍNIO PSICOMOTOR		
Modalidade de Avaliação	Técnica Aconselhada	Instrumentos e recursos
Dignósticas	Observação	Escala, sistemas de categorias, anedotários.
	Testagem	Testes objetivos e de ensaios (diagnósticos).
	Entrevista	Fichas.
Formativa	Testagem	Testes com referência a critério.
	Observação	Sistemas de categorias, escalas.
Somativa	Testagem	Testes objetivos e de ensaio.
	Observação	Escala, Fichas.

4.1. A TÉCNICA DA OBSERVAÇÃO E INSTRUMENTOS

Apresentada algumas modalidades de avaliação com as respectivas técnicas e instrumentos e recursos adotaremos, para melhor entendimento as explicações de Bradfield e Moredock, 1974.

Podemos considerar Técnica como um meio ou um modo organizado de ação, que se desenvolve para atingir fins específicos: Modificações de Campo, Modificações de Comportamento ou apreensão de dados.

No Setor Educacional, encontramos técnicas de compreensão, de prevenção, de ajustamento, de investigação e de ensino.

A observação se constitui como:

- Uma importante técnica de compreensão, possibilitando o conhecimento do aluno e do grupo de alunos (proporcionam dados para a avaliação diagnóstica, formativa e somativa);

- Uma técnica de investigação, rica principalmente pela sua peculiaridade de apreensão dos conhecimentos, em sua espontaneidade;

- Uma técnica de ensino, quando o professor a utiliza deliberadamente, no sentido de levar o aluno a adquirir conhecimentos e desenvolver processos mentais correlatos.

Em grande parte a dinâmica do ensino-aprendizagem decorre da observação do professor, motivo pelo qual ele tem necessidade de aperfeiçoá-la continuamente.

a) FUNDAMENTOS, CONCEITOS E CARACTERIZAÇÃO

O conhecimento do mundo que nos constitui e cerca nos é dado pela experiência, mas só se organiza objetiva e cientificamente, quando sofre um processo de mediação técnica. Embora possamos participar imediatamente da realidade objetiva, somente com o concurso de atividades mentais complexa, reguladas por normas de trabalho e princípios de cada ciência, chegamos a compreendê-la e explicá-la. Entre essas atividades mentais encontra-se a observação.

A observação pode ser entendida sob duas dimensões, o que passamos a discorrer:

- Como processo mental

Observar é ato de apreender coisas e acontecimentos, comportamentos e atributos pessoais, e concretas inter-

relações. É, pois, mais do que simplesmente ver e ouvir: É seguir atentamente o curso dos fenômenos, selecionando o que se torna mais importante e significativa, a partir de intenções específicas.

- Como Técnica Organizada

É um meio de medir por descrição, classificação e ordenação. Transcende à mera constatação dos dados e envolve a complementação dos sentidos por meios técnicos. Permite a apreensão direta dos fenômenos em sua configuração.

A observação como técnica requer:

- Especificação: O que vamos observar deve ser definido anteriormente.

- Quantificação: Os fenômenos selecionados devem ser passíveis de mensuração, no caso de classificação e ordenação.

- Objetividade: Os fenômenos devem ser descritos tal como ocorrem.

- Sistematização: A situação e os fatores especiais devem ser controlados através de um planejamento cuidadoso. Requer processos de obter, selecionar e analisar os dados.

- Validade: Os resultados alcançados devem estar proporcionalmente adequados aos propósitos. A validade depende em grande parte da definição e seleção de atividades que contenham os elementos essenciais.

- Treinamento: O observador deve estar preparado para a tarefa.

b) TIPOS DE OBSERVAÇÃO

- *Do ponto de vista do interesse científico:*

- Observação ocasional, também chamada de observação simples, causal ou não estruturada. É especialmente importante nos primeiros estágios da investigação, fornecendo dados para estudos posteriores. Não é efetivada em condições sob controle. A maioria das observações dos professores é realizada nesses moldes. A observação ocasional decorre da apreensão de acontecimentos significativos, não previstos anteriormente. Seu conteúdo deve ser registrado.

- Observação Sistemática é a realizada com propósitos definidos e em condições controladas. Requer planejamento e instrumentação. Necessita, em seu desenvolvimento de operações específicas, em primeiro lugar, de operações através das quais são acumulados os dados brutos; em segundo lugar, das que permitem identificar e selecionar, nessa massa de dados, o que é significativo e, em terceiro lugar, de operações relevantes para reconstrução e exploração dos fenômenos. No campo das ciências do comportamento, seis problemas básicos a determinam: a) Que comportamentos devem ser selecionados e relatados para obter as informações necessárias? b) Sob que condições as

observações são feitas igual a estrutura da situação? c) Que evidências apresentam os dados com a unidade funcional (processos, acontecimentos ou objetivos visualizados como tendo unidade, em virtude de esclarecer algumas características) a ser observadas? d) Que quadros de referências devem ser organizados para interpretar os dados em termos quantitativos? e) Qual a validade dos dados? f) Podem os resultados obtidos ser repetidos em condições semelhantes?

- *Do ponto de vista da situação do observador:*

- Observação participada é a observação ocasional ou sistemática, que prevê a participação do observador na própria situação, isto é, o observador desempenha um papel ativo no grupo, de modo completo ou parcial. Ex.: As observações realizadas pelo professor na sala de aula; as que se efetuam no trabalho de grupo. É muito utilizada em pesquisa social. Apresenta a vantagem de dar acesso a um corpo de informações que não seria obtido de outra maneira.

- Observação não participada, quando o observador não interfere e não toma parte na situação. Ex.: A observação feita em laboratório, observatório, etc, onde o observador assume somente o seu papel. Este tipo de observação apresenta a vantagem de proporcionar ao observador maior objetividade, de vez que ele, não participando da situação terá menos possibilidades de

envolver-se emocionalmente. Também possibilita melhor padronização dos dados.

c) VANTAGENS E LIMITAÇÕES DA OBSERVAÇÃO

- Vantagens

É um meio direto de estudar os fenômenos em sua variedade. Há muitos aspectos do comportamento que não pode ser apreendidos de outro modo.

Permite o registro de dados enquanto ocorrem.

Não requer cooperação por parte de quem é observado.

- Limitações

A possibilidade de pessoas, sabendo que estão sendo observadas, deliberadamente criarem impressões desfavoráveis ou favoráveis.

Não aparecerem, no momento da observação, as ocorrências previstas.

A limitação de ocorrências, pela sua duração em períodos determinados de tempo.

d) O OBSERVADOR

O observador é o mediador entre a situação real e os dados observados. Isto determina o primeiro problema a ser estudado na relação OBSERVADOR - OBSERVADO, que é o seguinte:

Como e até que ponto as variáveis resultantes da personalidade do observador interferem na observação?

Especificadamente, nenhuma pesquisa existe para esclarecer este problema de tanta complexidade e importância. Há portanto, uma relativa escassez de informações sobre os fatores que afetam a precisão e a segurança dos dados observados.

De um modo geral, sabemos que a observação pode ser modificada em seu desenvolvimento, pela interferência direta do observador na situação de realidade, e em seus conteúdos e resultados pela personalidade do observador e procedimentos que utiliza.

O observador é um ser humano, com todas as implicações que esta qualificação sugere. É altamente falível e está limitada pela sensibilidade de seu equipamento perceptivo, pelos seus sistemas de pensamentos e ação, pelos padrões de suas capacidades e habilidades, por suas emoções e motivações, experiências anteriores etc. Vive e se

movimenta num certo campo percentual, que é de natureza subjetiva e determinado pelos limites do que seja em cada instante por ele percebido.

O mundo exterior apresenta uma variedade de estímulos, no qual a experiência como que recorta uma situação definida os demais em segundo plano. O reconhecimento destes aspectos pode ajudar-nos a abrir caminhos para a alta análise e desenvolvimento de uma maior capacidade de observação, no sentido de alcançarmos um controle adequado da subjetividade e apreendermos as situações tal como se apresentam.

- Capacidades necessárias ao observador

A observação sistemática, pelas características de intencionalidade, planejamento e ordenação atinge a padrões científicos e objetivos. Para realizá-las o observador possuir a seguintes características ou, melhor dito, capacidades.

Capacidade de Percepção – é a capacidade de apreender os fenômenos. O ato de percepção apresenta aspectos subjetivos e objetivos. Os subjetivos são dinamizados pela experiência anterior, emoções e sentimentos, motivações, sistemas de ação e pensamentos, etc. Devem ser controlados pelo observador (principalmente no que a crenças e preconceitos) que necessita ater-se ao sentido real das coisas e dos acontecimentos.

Capacidade de Atenção – é a atenção que dirige, assegura e mantém a percepção. Permite que o observador se oriente segundo um foco conceptual.

Capacidade de Memorização – esta capacidade envolve fixação, reprodução, reconhecimento, evocação de algo conhecido. O observador necessita desenvolvê-la em certo grau, pois há fatos que emergem em uma determinada situação de observação e que não pode registrar no momento. Leva à fixação de dados mais significativos que posteriormente serão registrados com fidelidade e clareza.

Capacidade de analisar – capacidade de desdobrar o todo observado em partes significativas, organizando-as de forma que as relações entre as partes existentes sejam adequadamente visualizadas.

Capacidade de generalizar – capacidade de chegar a afirmações categóricas, inferidas a partir de análise e interpretações dos dados.

Capacidade de comunicação – capacidade de equacionar os dados, organizando o relato de forma que possa ser compreendido e utilizado por outras pessoas.

Estas capacidades são empregadas em diferentes momentos do processo geral de observação.

- *Atitudes a serem desenvolvidas pelo observador*

É óbvia a importância de formação de atitudes adequadas por parte do observador. Podem ser destacadas as seguintes:

Honestidade intelectual: para consigo mesmo e para com os outros. Desenvolve-se esta atitude por meio de uma aceitação básica de verdade, mesmo que venha contrariar idéias, preconceitos e crenças pessoais.

Discreção: por razões de ordem ética, o observador deve evitar a divulgação dos dados colhidos, os quais somente poderão ser usados em função dos objetivos propostos. Nos registros e relatos não devem ser identificados pessoas ou instituições. Em situações de aula jamais interferir nas atividades.

Imparcialidade: a pessoa que observa deve aprender a controlar a tendência de emitir julgamentos pessoais. Esta atitude abrange aceitação, que é compreensão dos sentimentos e idéias dos outros.

É atitude fundamental do observador procurar visualizar as situações tal como se apresentam, sem distorção de fatos ou idéias.

Prudência – o observador deverá evitar generalizações e interpretações apressadas.

Os dados devem ser manipulados com cuidado e espírito científico.

- Preparo do Observador

As pessoas diferem no que se relaciona à capacidade de observar, registrar e comunicar com precisão o que viram e ouviram. Daí ser fundamental considerar a aptidão e o treinamento para executar esta atividade ou utilizá-la como técnica.

Para a pesquisa, os observadores são cuidadosamente escolhidos e treinados. O treinamento requer atividades específicas, como observações repetidas e comparadas, organização e testagem de instrumentos, análise detalhada de registros, etc. É importante lembrar que a percepção se desenvolve com a prática. Principalmente, aprende-se a ver características comportamentais, vendo-as.

Os professores/instrutores, em geral, fazem observações sem o necessário treinamento, o que nem sempre assegura informações adequadas. No entanto é necessário que se tornem bons observadores, capazes de manejar bem esta técnica, para o que necessitam:

- ter interesse autêntico pelo aperfeiçoamento contínuo;
 - demonstrar vontade de aceitar o ensino e o auxílio;
-

- desejar que suas observações sejam verificadas, quando à correção e fidelidade;
- receber orientação e preparo para a realização de observação sistemática.

e) USOS E APLICAÇÕES DA OBSERVAÇÃO

A história do uso da observação remonta ao início dos tempos. O ato de observar é o mais universal dos atos mentais do homem, imprescindível à própria sobrevivência humana e a sua adaptação ao mundo em que vive. Escritores e poetas demonstram uma preocupação constante em descrever comportamentos que observam. O cidadão comum, em seu dia a dia, faz observações especificamente em áreas que lhe são importantes. A criança, em seu desenvolvimento, realiza tarefas que em grande parte baseiam-se na observação do comportamento dos que o rodeiam. Seriam inumeráveis as situações em que a observação comum é utilizada. Aceitando o argumento de que a observação é uma das práticas permanentes de atividade humana, podemos compreender que o uso da observação é basicamente uma aplicação, na área científica, de uma habilidade que a maioria das pessoas possui, em algum grau. Sua aplicação com propósitos de adquirir conhecimentos impõe naturalmente alguns refinamentos. Quando é utilizado para avaliação do ensino-aprendizagem pode ser usada com vistas à descrição quantitativa e à qualitativa.

- A observações nas ciências

Quase todos os conhecimentos científicos se baseiam direta ou indiretamente na observação. É este um processo que se encontra incluído nos mais diversos métodos de investigação científica. Principalmente com Claude Bernard seu uso foi sistematizado no campo das Ciências Naturais. No campo da Psicologia Infantil foi usada inicialmente por Bühler, Stern e outros, trazendo enormes benefícios para compreensão do comportamento da criança.

- Observações e Educação

A observação tem sido empregada em um grande número de estudos, para relatar atividades e características de crianças, adolescentes e adultos, como também para investigar métodos, programas, currículos, etc.

Inicialmente foi uma técnica de grande utilidade nos Jardins de Infância e Escolas Maternais, difundindo-se seu emprego posteriormente em todos os graus de ensino.

Atualmente é um procedimento de amplo uso em todos os momentos da situação escolar. Constitui, particularmente, um dos processos de coletar dados e informações para a avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

f) PROJETO OU PLANO DE OBSERVAÇÃO

O uso da observação como técnica requer uma rigorosa fidelidade aos princípios científicos. Para elaborar um projeto ou plano de observação, são de importância:

- definição clara de objetivos;
- determinação do foco de observação;
- delimitação do campo;
- tempo e duração;
- técnicas de documentação;
- técnicas de coleta de dados;
- avaliação.

- Definição clara de objetivos

Houve inicialmente a tendência de apreender através da observação a totalidade de comportamentos de um indivíduo ou grupo, num período determinado de tempo. No entanto, chegou-se à conclusão de que nenhum observador pode estudar o comportamento em toda a sua extensão e amplitude. Era necessário responder às questões específicas, em grupos de fatos significativos, dentro de cada campo particular de descrição. Daí a necessidade de estabelecer objetivos claros e definidos, a fim de delimitar o que vai ser observado.

Os objetivos a identificam a selecionar o que é mais importante em cada objeto de observação.

- Determinação do foco de observação

Não se pode apreender de um só vez a multiplicidade de aspectos presente num contexto situacional e, como não se pode observar todos os acontecimentos ou todo de um acontecimento, é necessário estabelecer o que vai ser observado. Isto é, determinar o foco da observação.

O foco da observação se estabelece a partir da identificação do problema a ser estudado.

- Delimitação do Campo

De acordo com os objetivos é necessário delimitar o campo da observação, isto é, onde efetuar as observações e a quem observar.

Ao delimitar o campo da observação, deve-se resolver o problema da amostragem.

Amostra é a menor porção representativa. Em um projeto simples, geralmente este problema é resolvido pela utilização da amostragem temporal ou amostragem categórica.

A amostragem temporal constitui-se pela representação dos fatos e situações num determinado período de tempo, e a categoria pela representação adequada dos

diversos elementos que constituem o fenômeno. Uma das primeiras aplicações da amostragem temporal foi realizada por Olson em 1929. Observou ele hábitos nervosos em crianças da escola primária através de períodos de observação de 5 em 5 minutos, registrando a incidência de atos como: limpar o nariz, contrair-se, roer unhas, tiques, etc. este procedimento foi denominado "*Time-sampling method*" e tem sido aperfeiçoado.

As amostras devem ser suficientes grandes e bastante representativas, do ponto de vista categórico ou temporal, para assegurar medidas precisas.

- Tempo e duração

Em geral, recomenda-se que as observações sejam freqüentes e regularmente distribuídas. A principal vantagem desta distribuição é a probabilidade de permitir a apreensão de dados similares, com determinada freqüência.

Em determinadas condições podem ser preferidos mais longos.

g) TÉCNICAS DE DOCUMENTAÇÃO

Entre as técnicas de documentação encontramos o relato. O relato ou relatório de observação abrange o desenvolvimento total das realizações, com uma organização

significativa dos dados e eliminação dos fatos sem importância. É uma exposição ordenada que deve conter introdução, desenvolvimento ou corpo de informações e apreciação e apreciação final com as devidas conclusões.

Encontramos quatro tipos de relatórios de observação: relatório de avaliação, relatório de interpretação, relatório de descrição geral e relatório de descrição específica.

Para que o relatório tenha valor científico, entretanto, deve partir sempre da descrição específica. O mais complexo é o de avaliação, pois supõe apreensão do significado total das informações alcançadas.

O relatório de interpretações baseia-se no relacionamento dos dados para ampliar a compreensão do observador. Não se deve confundir interpretação com julgamento. Este supõe envolvimento pessoal, enquanto que a interpretação é objetiva.

O relatório que descreve em tenor gerais faz um inventário de superfície do que foi observado. Possui uma dimensão horizontal, enquanto o relatório de descrição específica faz um inventário em profundidade vertical.

h) TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

As técnicas de coleta de dados dizem respeito aos modos como os instrumentos podem ser organizados tanto para serem utilizados no momento da observação como posteriormente para mensuração e interpretação de dados.

Em geral, o observador deve idealizar e organizar seus instrumento de observação, pois dificilmente os encontraria prontos ou adaptáveis aos seus propósitos.

O registro é a mais comum das técnicas de coleta de dados e possivelmente a mais objetiva. É a anotação dos fatos observados, sem interpretação pessoais. Pode ser organizado de modo a destacar as áreas de interesse da observação ou o tempo. Meios mecânicos como gravador, fotografia, filme, etc., podem auxiliar a objetividade, mas devem ser usados com muita precaução.

i) INSTRUMENTOS E RECURSOS

Fichas de observação: são instrumentos prevendo apreender determinados comportamentos ou características pessoais. Pressupõem um certo grau de inferência por parte do observador. Existe uma grande variedade de tipo: alguns permitem indicar a presença ou ausência de certos fatores, outros tipos são elaborados ara explorar um determinado comportamento em todos os seus aspectos. Podem ser

individuais ou visar ao grupo todos de alunos. Para elaborar uma ficha de observação: incluem-se os dados de identificação e data, enumeram-se as dimensões do que se deseja observar, definindo-se claramente e sem expressões vagas ou repetidas, e por fim ordenam-se as dimensões. É de interesse que seja testada, a fim de receber as reformulações necessárias.

Fichas de registro de ocorrências: são também fichas de observação, mas contém espaços para grande número de observações e, via de regra, as dimensões são menos particularizadas que a da anterior. São empregadas durante um longo período de tempo e destinam-se a ser cumulativas. Sua função é obter uma descrição operacional do comportamento.

Anedotário: é um recurso sistemático para reunir dados de observação. Consiste na descrição, feita pelo professor, de ocorrências ou incidências significativas na qual o aluno tem parte, ou que revelam um aspecto significativo de seu comportamento.

Sistema de categoria: é um conjunto de formulações explícitas (no mínimo duas), que permite a codificação do comportamento. Difere de uma simples ficha as formulações explícitas, que constituem as categorias, obedecem a regras de classificação.

Escalas: baseiam-se no reconhecimento e na ordenação de suas dimensões. AS escalas podem ser nominais, ordinais, intervalares, ou proporcionais quanto a função que possuem. Possibilitam representar uma série de dados qualitativos numa série quantitativa. Também quanto à forma de organização, as escalas podem ser gráficas, de avaliação de atributos, escolha múltiplas, etc. São as escalas principalmente ajustáveis à mensuração de comportamentos de nítida acentuação afetiva.

A elaboração de instrumentos auxiliares da observação de um modo geral, norteia-se essencialmente pelo esquema da página seguinte.

4.2. TÉCNICA DE ENTREVISTA DO QUESTIONÁRIO

As técnicas de entrevista e questionário são de grande valia na área educacional, principalmente porque podem fornecer informações sobre as percepções, sentimentos, necessidades, etc., enquanto vivenciados pelo próprio aluno. Informações dessa espécie geralmente são muito difíceis de serem obtidas de outros modos porque dependem de um resposta direta da pessoa. São muito úteis para avaliar o alcance de objetivos no domínio afetivo.

a) Entrevista

A entrevista é uma técnica que se caracteriza pela forma de relacionamento humano estabelecida: é um contato direto, face a face, entre duas ou mais pessoas. Pode organizar-se como:

- entrevista individual, quando um entrevistado e um entrevistados entram em interação, em função de objetivos, e
- entrevista de grupo, quando um ou mais entrevistadores e dois ou mais entrevistados interagem em pequeno grupo em função de objetivos.

Podemos, no que se refere à avaliação, discriminar ainda outras formas de organização da entrevista, conforme a finalidade com que se desenvolve. Temos, a entrevista de sondagem (coleta de dados), a entrevista de verificação (quase similar ou exame oral) e entrevista para avaliação cooperativa (professor e aluno discutem e analisam os resultados do ensino aprendizagem).

Uma entrevista, conforme sua finalidade, pode ser conduzida com uma orientação diretiva. Fala-se, então, em entrevista estruturada, que se assemelha ao questionário porque se desenvolve com base em perguntas e respostas. Entrevista estruturadas devem ser cuidadosamente planejadas e as perguntas elaboradas em íntima conexão com os objetivos visado.

De outra parte, pode ser a entrevista conduzida com uma orientação não diretiva. É a entrevista não-estruturada, que se desenvolve com base no que emerge no momento, sem um plano preestabelecido, mas também em função de objetivos que mantêm a interação. Podemos ainda combinar essas duas modalidades e teremos a entrevista semi-estruturada.

b) *Questionário*

Como afirmam alguns autores “embora a entrevista e o questionário se baseiem na validade de referências orais, existem expressivas diferenças entre os dois. Em um questionário a informação obtida restringe-se a respostas escritas e questões pré-elaboradas. Na entrevista, como o entrevistado e a pessoa entrevistada estão presentes no momento e quem as questões são formuladas e respondidas, há oportunidades de uma flexibilidade maior.

4.3. TÉCNICA SOCIOMÉTRICA

A Técnica sociométrica, quando se vale fundamentalmente do sociograma, é um meio de provocar respostas de membros de um grupo social relativas ao que pensam e sentem uns dos outros.

O termo “sociométrico” tem sido utilizado em relação a certas técnicas e testes criados por Moreno (1954), como o

psicodrama, a testagem de interação e o teste sociométrico ou sociograma de que vamos tratar.

Um sociograma possibilita informações sobre o ajustamento social de grupos. Quando empregado pelo professor, traz uma imagem objetiva (gráfica) do relacionamento interpessoal existente na sala de aula.

Moreno determinou “seis estipulações” para seu emprego:

- o grupo deve ser bem definido e as escolhas e rejeições limitadas aos membros do grupo;
 - devem ser dadas oportunidades para escolhas e rejeições a todos os membros do grupo conforme seus desejos;
 - devem ser proporcionados critérios definidos nos quais os sujeitos possam basear suas escolhas e rejeições;
 - os dados sociométricos devem ser realmente utilizados para reestruturar o grupo e os membros do grupo devem ser informados disto;
 - os membros do grupo devem ser suas escolhas privadamente, e
 - as questões devem ser preparadas de tal modo que sejam bem compreendidas pelos membros do grupo.
-

4.4. INSTRUMENTOS PROVAS E TESTES

São os testes objetivos e as provas com itens ou questão abertas (tipo ensaio) os instrumento mais conhecidos e mais utilizados pelos professores, para avaliar os resultados de aprendizagem. Também sobre o assunto existe uma ampla e divulgada literatura. Lindman, 1972.

“Os testes jogam um papel central na avaliação do progresso dos alunos. Proporcionam medidas diretas de muitos resultados importantes da aprendizagem e evidências indiretas sobre outros...

As validade de informação que propiciam depende, contudo, dos princípios que fundamentam sua construção e uso”

As provas variam em sua forma: umas podem ser bem estruturadas quando são organizados como um teste objetivo; outras são não estruturadas, quando constituídas de questões abertas ou itens de dissertação (tipo ensaio); outras, ainda, combinam essas duas formas. Diversas são também as denominações com que são conhecidas. Assim, parece examinarmos, de início, a sinonímia existente:

Prova objetiva = teste objetivo

Provas de dissertação = prova aberta; prova de resposta livre;

teste com itens tipo ensaio.

Questão = item

Por sua vez, os itens também variam em sua forma e denominação. Temos, assim, basicamente:

Item de dissertação	=	questão não-estruturada; item aberto; Item tipo ensaio; item de resposta livre.
Item objetivo	=	questão objetiva; item de resposta breve.

a) CONSTRUÇÃO DE ITENS DE DISSERTAÇÃO

Os itens de dissertação, ou tipo ensaio, possibilitam ao aluno expressar-se em sua própria linguagem, demonstrar sua criatividade, etc. A elaboração deste tipo de item requer:

- definição clara do objetivo (o que o item pretende verificar);
- precisão de linguagem na formulação da questão, de modo a orientar claramente o aluno sobre o que necessita realizar.

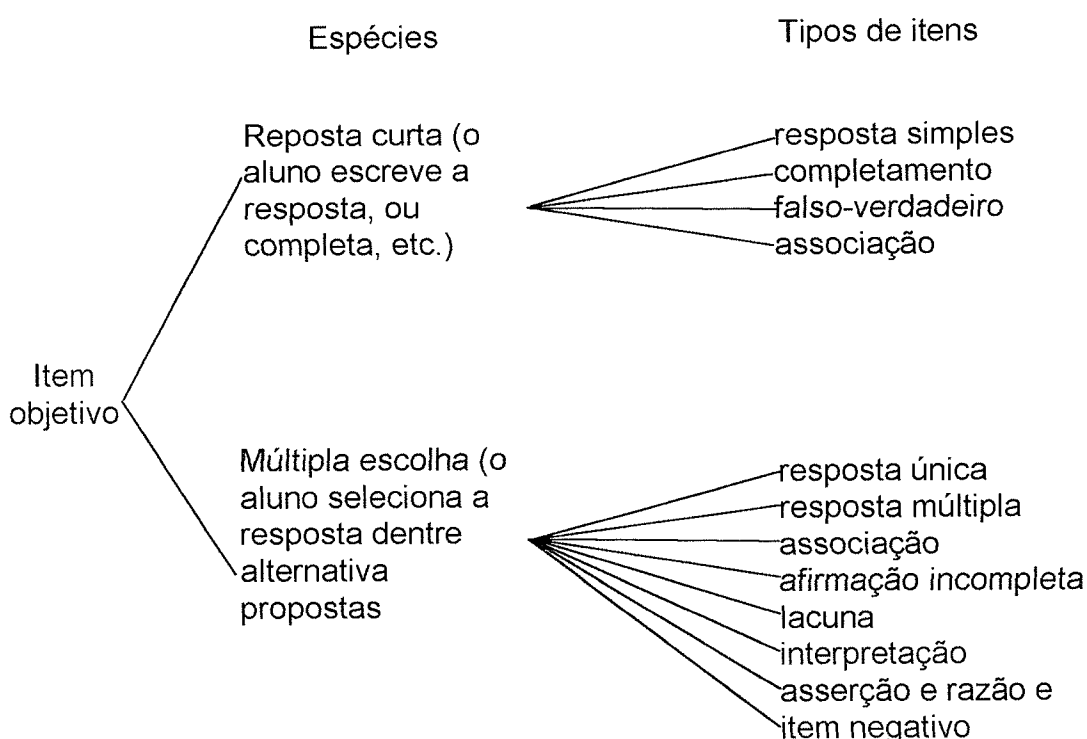
Neste sentido, é importante atentar para a formulação das questões, de vez que já contém a instrução ou ordem,

Quanto à formulação da questão, é necessário utilizar, de acordo com o objetivo, verbos de ação suficientemente definidos.

b) CONSTRUÇÃO DE ITENS OBJETIVOS

O item objetivo pode ser elaborado em diferentes formas, determinando o reconhecimento de espécies e tipo.

Vejamos:



Especialistas em avaliação têm contribuído muito para o aprimoramento dos testes objetivos. Recentes estudos demonstram a possibilidade de utilização de testes objetivos para avaliação de resultados de aprendizagens complexas (desenvolvendo de capacidades, atitudes, etc.), nos diversos domínios (cognitivo, psicomotor).

c) ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

Construir testes objetivos, como vimos, é um processo moroso que requer conhecimento, habilidade e técnica.

Durante a elaboração de itens o professor necessita tomar muitas decisões. A primeira destas diz respeito à modalidade de avaliação que deseja diagnóstica, formativa ou somativa apresentam algumas diferenças. Testes diagnósticos são mais extensos, os formativos requerem relações entre as questões e os utilizados com propósitos de classificação devem ter um número suficiente de itens de acordo com os conteúdos cujo domínio se pretende avaliar. Também questões fáceis, médias e difíceis devem ser bem distribuídas.

Outras decisões a tomar é quanto ao tipo de questão. Também aqui nem todos os tipos se prestam para avaliar todos os comportamentos e conteúdos. É necessário ajustar objetivo/conteúdo/tipo de questão.

V. NORMAS SOBRE AVALIAÇÃO ESCOLAR DA APM

A avaliação escolar nos cursos ministrados pela APM, fundamenta-se em seu Regimento Interno.

Seção VI

Da avaliação do rendimento escolar

Art. 19 – a avaliação do rendimento de ensino ministrado pela APM, através dos professores e instrutores, far-se-á pela observação direta de sua conduta e atividade, pela aplicação de questionários de pesquisa pedagógica e pelos processos estatísticos que permita aferir o aproveitamento dos alunos, revelando nos diversos trabalhos para julgamento.

Art. 20 – apuração do rendimento do rendimento da aprendizagem far-se-á por processos comuns a todos os cursos, conforme disciplinar o regimento interno.

Visto que o RAPM, concede a Academia de Polícia Militar, total autonomia para disciplinar a avaliação do ensino dos seus cursos, estudaremos a seguir o previsto na norma para o planejamento do ensino nos anos de 1997 e 1998 (NPCE), apenas para efeitos analógicos.

5.1. NORMAS PARA O PLANEJAMENTO E CONDUTA DO ENSINO – 1997/98 (NPCE)

Considerando que a NPCE, como uma norma abrangente do ensino da PGM, não poderia deixar de normatizar sobre avaliação, pois, esta etapa é imprescindível para o planejamento e conduta no ensino, previu esta sobre avaliação o seguinte:

“5. Conduta do Ensino

f. Avaliação do rendimento

1) Do Ensino

A Avaliação do rendimento do ensino, medida em termos quantitativos, tem por objetivos:

- a) corrigir, em tempo hábil, qualquer desvio, na busca dos objetivos fixados pelo plano didático;
- b) fornecer subsídios para pesquisas pedagógicas sobre resultado das provas;
- c) servir de base à elaboração de juízo sintético sobre atuação dos professores e instrutores. A avaliação do rendimento do ensino far-se-á através de folhas de informações sobre o corpo docente, fichas de fatos observados, questionários e outros instrumentos julgados úteis, a critério de cada escola.

2) Da aprendizagem

- a) Objetivos da avaliação:

- (1) verificar a mudança de comportamento dos alunos;
- (2) Expressar o aproveitamento do aluno em curso ou estágio;
- (3) Expressar, indiretamente, o rendimentos do ensino.

b) Classificação da Avaliação:

- (1) Quanto a forma, serão adotados os seguintes tipos de instrumentos:

- Prova escrita;
- Prova oral;
- Prova pratica ou de execução.

- (2) Quanto à finalidade, serão empregados os seguintes processos:

- verificação imediata (VI)
- Verificação especial (VES)
- Verificação de estudo (VE)
- Verificação corrente (VC)
- Verificação final (VF)
- Exame de Suficiência (ES)

(a) Verificação Imediata (VI): visa, exclusivamente, a retificação da aprendizagem, devendo ser aplicado após ter sido ministrado o assunto: não excederá a 10 minutos e o resultado não será computado para o cálculo de nota do aluno.

(b) Verificação Especial (VEs): Objetiva orientar o estudo e autorizar o trabalho de aluno ou de

grupos de alunos. Poderá ser realizada individual ou coletivamente, em classe ou em outras situações. Constatará, dentre outras, de **(c) Verificação de Estudo (VE)**: permite avaliar o progresso obtido pelo aluno em determinada faixa do programa que, ao final será objeto de uma V.C. são aplicada com ou sem conhecimento prévio do aluno e sua duração não deve exceder 01 (um) tempo de aula.

(d) Verificação Corrente (VC): Avalia o progresso do aluno em determinada faixa do programa. A sua duração deverá ser compatível com a tarefa proposta, considerando inclusive o objetivo do curso. Ultrapassando de 02 (duas) horas deverão ser oferecidas ao aluno condições de descanso durante sua execução. Sua data de realização deve ser fixada e divulgada com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

(e) Verificação Final (VF): Visa avaliar a consecução dos objetivos da totalidade dos assuntos ministrados no ano ou no período. A sua duração deverá ser compatível com a tarefa proposta, considerando inclusive o objetivo do curso. Ultrapassando de 02 (duas) horas. Deverão ser oferecidos considerações ao aluno de descanso durante a sua execução. A data de

realização deve ser fixada e divulgada com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

(f) Exame de Suficiência (ES): Visa constatar se os alunos estão em condições de eliminar uma disciplina ou mesmo de concluir o curso. Será aplicada pela diretoria de ensino exclusivamente aos alunos dos cursos de formação de soldados, podendo ser adotada qualquer uma das formas previstas nesta NPCE: prova escrita, oral, prática ou de execução.”

Posto as prescrições sobre a aplicação do rendimento do ensino na PMGO, especialmente a estudar a norma inerente a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás.

5.2. REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA

Este regimento conforme preceitua o regulamento da Academia de Polícia Militar, aprovada pelo Decreto n.º 3.540/90, tem entre outras a competência para legislar sobre a avaliação escolar da APM, e sobre isto prevê:

Seção I

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO DO ENSINO

Art. 57 – A avaliação do rendimento do ensino deve expressar, em termos qualitativos, o desempenho dos professores e instrutores, visando a:

I – procurar o aperfeiçoamento constante da atuação do docente, corrigindo, dentro da oportunidade, qualquer desvio do processo ensino-aprendizagem;

II – fornecer subsídios para pesquisa pedagógica de resultado de provas;

III – servir de base elaboração de juízo sintético sobre a atuação dos professores e instrutores.

Art. 58 – A avaliação será realizada de forma objetiva e subjetiva, através de:

I – estudo dos resultados obtidos pelos alunos no conjunto de verificações aplicadas pelo docente;

II – questionários aplicados junto às turmas;

III – ficha de observação de professores e instrutores, contendo anotações de Direção e Ensino, Chefe de Seções de Ensino e Coordenadores de Curso;

IV – outros instrumentos julgados úteis e critério do Comando.

Seção II

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO DA APRENDIZAGEM

Art. 59 – A avaliação do rendimento tem por objetivo:

I – permitir à Direção do Estabelecimento de Ensino:

- a) prevenir falhas no planejamento de ensino;
- b) corrigir, em tempo útil, a relação ensino/aprendizagem para assegurar a consecução dos objetivos previstos;
- c) selecionar e classificar os alunos;
- d) controlar a aprendizagem dos alunos;
- e) expressar o aproveitamento do aluno no curso ou no conjunto de cursos realizados no Estabelecimento.

II – propiciar constante aperfeiçoamento do ensino.

Art. 60 – A avaliação da aprendizagem será feita por meios de processo que utilizarão os seguintes instrumentos de medida de aprendizagem:

- I – prova escrita;
- II – prova oral;
- III – prova prática ou de execução.

Art. 61 – Para a avaliação do rendimento da Aprendizagem, poderão ser utilizados os seguintes processos:

- I - Verificação Imediata (VI)
- II - Verificação de Estudo (VE)
- III - Verificação Corrente (VC)
- IV - Verificação Final (VF)
- V - Verificação Especial (VEs).

Seção III

VERIFICAÇÃO IMEDIATA

Art. 62 – As Verificações Imediatas compreenderão arguições orais ou práticas, escritas ou gráficas, da exclusiva responsabilidade do docente, que poderá fazê-las:

I – no início da aula ou sessão, para verificar a aprendizagem do assunto ministrado na sala de aula ou sessão anterior;

II – no transcurso final de cada aula ou sessão, cm o objetivo de observar em que grau foram compreendidas as aplicações;

III – não influirão no julgamento do aluno.

Seção IV

VERIFICAÇÃO DE ESTUDO

Art. 63 – Verificação de Estudo é um processo utilizado, com ou sem conhecimento prévio do aluno, para avaliar o progresso obtido em parte da faixa do programa que ao final, será objeto de uma Verificação Corrente. A duração não deve exceder a 45 (quarenta e cinco) minutos.

Seção V

VERIFICAÇÃO CORRENTE

Art. 64 – A Verificação Corrente avalia o progresso do aluno em certa faixa do programa.

§ 1.º - Em princípio, as VC serão realizadas a cada 30 horas de aula.

§ 2.º - A sua duração não deve exceder a 04 (quatro) tempos de aula e se ultrapassar a 02 (dois) tempos, devem ser oferecidas aos alunos condições para descanso, durante a sua execução.

§ 3.º - A data da realização da VC vede ser fixada e divulgada aos alunos com antecedência mínima de 03 (três) dias.

Seção VI

VERIFICAÇÃO FINAL

Art. 65 – A verificação Final tem por objetivo avaliar a consecução dos objetivos da totalidade dos assuntos ministrados em uma disciplina.

§ 1.º - Na verificação Final, observar-se-ão os mesmos critérios estabelecidos nas VC.

§ 2.º - A data de sua realização deve ser fixada e divulgada com antecedência mínima de uma semana.

Seção VII

VERIFICAÇÃO ESPECIAL

Art. 66 – Verificação Especial tem por objetivo orientar o estudo e valorizar o trabalho do aluno, de grupos de alunos.

§ 1.º - Constarão, dentre outras, de atividades de pesquisa ou trabalhos em grupos, sendo que o prazo de sua realização dependerá da tarefa proposta.

§ 2.º - Não substituirá a verificação corrente mas tem, a critério do professor / instrutor e autorizado pela Divisão de Ensino, até 50% (cinquenta por cento) do valor da verificação corrente, cuja faixa do programa avaliada encerre o assunto objeto de pesquisa.

§ 3.º - Em casos especiais e quando e quando assim previstas, podem substituir as VC e VF.

CAPÍTULO IX

DAS ORIENTAÇÕES GERAIS E COMPLEMENTARES

Seção I

ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS VERIFICAÇÕES DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO DA APRENDIZAGEM

Art. 67 - As verificações de Estudo, Verificação Correntes e Finais deverão conter necessariamente questões objetivas e subjetivas (provas mista).

Art. 68 – para as matérias, com até 39 (trinta e nove) tempos, será aplicada uma Verificação Final (VF).

Art. 69 – Para as matérias acima de 39 (trinta e nove) tempos e até 60 (sessenta) tempos, serão aplicadas um VC e uma VF e a partir daí, a cada fração igual ou inferior a 30 (trinta) tempos será aplicada mais uma VC até o limite máximo de 03 (três) Verificações Correntes (VC) e uma Verificação Final (VF), valendo:
$$\frac{(VF.1) + (VC.1) + (VC.1) + (VF.2)}{5} = \text{NFM (Nota Final por matéria)}$$

Art. 70 – Nas matérias que comportarem Verificações Correntes e final, esta última valerá **peso 02 (dois)**.

Art. 71 – AS Verificações de Avaliação do Rendimento da Aprendizagem serão elaboradas observando normas específicas da Divisão de Ensino, e deverá conter:

I – Itens de acordo com os assuntos ministrados, observando os objetivos específicos dos mesmos;

II – 20% (vinte por cento) de questão fáceis;

III – 60% (sessenta por cento) de questão médias;

IV – 20% (vinte por cento) de questões difíceis;

§ 1.º - O total de pontos a ser atribuídos a cada disciplina, durante o período letivo, será igual a 100 (cem) pontos.

§ 2.º - Sempre que houver prova de uma disciplina, regida por mais de um professor ou instrutor, o número de itens deverá ser proporcional à carga horária de cada um.

§ 3.º - Os assuntos cobrados numa VE poderão ser cobrados na VC e VF, os assuntos cobrados numa VC não serão cobrados na VC subsequentes e, na VF serão cobrados todos os assuntos ministrados na disciplina.

Art. 72 – Ao corrigir a prova (verificação), o docente poderá penalizar o aluno, por erro de linguagem até o valor máximo de 1,0 (um) ponto. Exceto na disciplina de Língua Portuguesa que terá valor próprio.

Art. 73 – A aplicação das VC e VF decorrerá do desenvolvimento do programa de matéria de cada disciplina, mas um calendário básico deverá ser montado, oportunamente pelas Seção de Ensino Fundamental e Profissional, supervisionado pela Seção Técnica de Ensino.

Art. 74 – O aluno de qualquer curso da APM que se valer de meios fraudulentos para a realização de qualquer processo de avaliação lhe será atribuído a nota “0” (zero), além de outras sanções legais e disciplinares.

Art. 75 – O aluno que obtiver nota igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) dos pontos e freqüência regulamentar prevista em cada disciplina será considerado aprovada na mesma.

Art. 76 – os critérios de avaliação do rendimento da aprendizagem dos cursos considerados como não sendo de formação, tipo: CAO, CHOA, CTE, etc., serão estabelecidos nos respectivos manuais de Instrução de cada Curso, regulamentados pelo Comandante da APM, após observados normas da Diretoria de Ensino.

Seção II

EXAMES DE RECUPERAÇÃO

Art. 77 – Terá direito à prova de Recuperação, o aluno de qualquer curso da APM, que durante o ano letivo após ter obtido a frequência regulamentar, deixar de atingir 50% (cinquenta por cento) dos pontos em no máximo 02 (duas) disciplinas.

Parágrafo único – Será considerado reprovado o aluno que ficar de recuperação em mais de 02 (duas) disciplinas.

Art. 78 – Será provado em exames de recuperação o aluno que tiver alcançado nota mínima de 5,0 (cinco) pontos em cada disciplina.

Art. 79 – Os alunos aprovados em exames de recuperação serão classificados após os alunos aprovados em primeira época, e a nota dessas provas nunca será superior a 5,0

pontos, independentemente da nota que obtiver na referida verificação.

Parágrafo Único – para efeito de classificação geral dos alunos do curso de formação de Oficiais, prevalecerá a média aritmética dos graus obtidos em cada série.

Art. 80 – Na última série do Curso de Formação de Oficiais, os alunos de recuperação, prestarão os exames antes das solenidades de formatura do curso, para participar do evento.

Parágrafo único – os demais alunos do CFO, prestarão os exames de recuperação, com prejuízos de suas férias regulamentares, em datas a ser estipulada pelo Plano Geral de Ensino de cada ano letivo.

Seção III SEGUNDA CHAMADA

Art. 81 – O aluno que faltar a qualquer processo de verificação da aprendizagem, por motivo justificado, poderá realizá-la em segunda chamada, mediante solicitação escrita dirigida ao Chefe da Divisão de Ensino.

§ 1.º - O pedido de segunda chamada deve ser solicitado à divisão de Ensino, no máximo 48 (quarenta e oito) horas após cessado motivo do impedimento para comparecer aos trabalhos escolares.

§ 2.º - Ao aluno que não conseguir justificar sua falta à realização de verificação da aprendizagem em tempo oportuno, será atribuído a nota “0” (zero).

Seção IV

REVISÃO DE PROVA

Art. 82 – é facultado aos alunos solicitarem revisões de provas, quando as julgarem prejudicados nas notas obtidas, observando-se os seguintes procedimentos:

I – de início (1.^a instância), o pedido será feito verbalmente ao docente, no momento em que for dado conhecimento das provas;

II – inconformado com a decisão do docente e em grau de recurso, terá o aluno 48 (quarenta e oito horas) após a divulgação do resultado para fazer o pedido de revisão de provas ao Chefe de Divisão de Ensino (2.^a instância). O pedido deverá ser feito por escrito, em formulário próprio;

III – no pedido de revisão de provas, o aluno deve justificar as razões do pedido, apontando a parte da prova, especificando obrigatoriamente os itens decorrentes da revisão;

IV – acatado o pedido, o Chefe da Divisão de Ensino, submeterá a prova à revisão do docente da disciplina e do Chefe da STE e ao final decidirá quanto à procedência;

V – em última instância, o aluno poderá recorrer ao Comandante da APM, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento da decisão do Chefe de Divisão de Ensino;

VI – da decisão do Cmt da APM não caberá recurso;

VII – o pedido de revisão, sem causa justificada, poderá ocasionar sanções disciplinares ao requerente, conforme decisão do Cmt da APM.

Seção V

CONCEITO DE APTIDÃO PROFISSIONAL

Art. 83 – As aptidões objeto da medida de desempenho além da prevista no Art. 22.º do RAPM, são:

- I – aptidão intelectual;
- II – aptidão para chefia;
- III – aptidão para o trabalho em grupo;

VI. COMPARAÇÃO DA NORMA SOBRE AVALIAÇÃO ESCOLAR DA APM COM A DOCTRINA SOBRE A AVALIAÇÃO

Antes de sugerirmos uma forma de avaliação para esta Instituição, devemos primeiro analisar o seu atual sistema de avaliação perante a doutrina de alguns teóricos da educação ligados ao processo de avaliação do ensino e para tal análise, utilizaremos de 02 visões; visão oficial, que consiste em comparar a norma existente com a teoria de avaliação do ensino aprendizagem e visão real, que consiste no estudo da aplicação prática da norma pretendida pelos estudos recentes sobre o tema em foco.

6.1. VISÃO OFICIAL DA NORMA SOBRE AVALIAÇÃO ESCOLAR DA APM

Para obtermos esta visão, como propusemos em linhas anteriores, devemos fazer uma comparação da teoria sobre a avaliação e a norma vigente, por isto se fez mister estudar em páginas anteriores, a teoria ou doutrina e a norma sobre avaliação do ensino-aprendizagem da APM.

A doutrina propõe que a avaliação escolar é um meio pelo qual se atinge uma qualidade ou uma melhor aplicação do

ensino-aprendizagem e não pode ser considerado como um fim.

Então, sendo esta, um meio para atingir os objetivos do ensino aprendizagem, deve este processo fornecer bases para o planejamento, possibilitar a seleção de professores, alunos e especialistas; ajustar políticas e práticas curriculares, facilitar o diagnóstico, melhorar a aprendizagem e o controle do ensino e promover e agrupar alunos. Dentro de uma análise geral estas são funções da avaliação.

Quanto a norma de avaliação escolar aplicada a Academia , mais especificamente o RIAPM, pode ser visto que a norma foge do proposto pela teoria sobre a avaliação do ensino-aprendizagem, conforme podemos verificar no art. 57 e seguintes.

Contudo devemos ressaltar a limitação imposta pela norma, quanto aos instrumentos de medida de aprendizagem, art. 60, que permite apenas a utilização da prova escrita, oral, prática ou de execução, impossibilitando os professores instrutores de lançarem mão dos diversos instrumentos de medida de aprendizagem diverso de provas.

6.2. VISÃO REAL DA NORMA SOBRE AVALIAÇÃO ESCOLAR DA APM

Conforme explicamos anteriormente, obteremos, obtermos esta visão a partir da análise da aplicação prática da norma em alusão.

Consta do art. 61 ou 66 da retromencionada norma, a indicação para aplicação na avaliação do rendimento cinco processos

Contudo com o que se pode ver e que os professores/instrutores limitam-se apenas a utilização de 02 processos, a verificação corrente e a verificação final, prática esta que prejudica a qualidade do ensino, conforme nos ensina Luckesi, “A verificação é uma ação que concilia o objetivo”, pois após realizarmos a verificação corrente o professor/instrutor passa ao conteúdo seguinte não levando em conta se houve aprendizagem ou não. Não ocorrendo assim a retroalimentação, que permite o direcionamento dos novos caminhos no processo de ensino-aprendizagem.

VII. SUGESTÕES

Visando sanar estas falhas contatadas dentro da norma de avaliação, constantes no RIAPM, sugerimos as seguintes medidas:

a) Concessão de liberdade aos professores instrutores, para escolha dos instrumentos de medida de aprendizagem que melhor julgarem necessário para aplicação no processo de avaliação.

Considerando que os instrumentos de medidas da avaliação não se limita apenas em provas e que abrangem um universo mais amplo, que serão aplicados conforme o domínio que se deseja avaliar e mais do que qualquer pessoa, o professor/instrutor e o profissional, indicado para a escolha deste instrumento, pois, trata-se este de um profissional habilitado que merece a confiança da instituição de nível superior de ensino que serve.

b) Alteração do texto da verificação corrente, que passará a ser aplicada após o término de cada conteúdo programático, observando o sugerido na letra “b”.

Temos como fundamento desta sugestão as teorias de Cipriano Carlos Luckesi, professor da Universidade da Bahia, maior autoridade em Avaliação, que conclui ser esta fase não um ato de castigo, mas sim, uma forma de reorientar a aprendizagem imediatamente, caso sua qualidade se mostre insatisfatória ou a habilidade necessárias não esteja sendo alcançado. Dentro do atual sistema, esta previsto a aplicação da verificação corrente só após 30 (trinta) horas aulas o que dificulta ou impossibilita a reorientação do processo de ensino aprendizagem.

c) supressão do art. 67 RIAPM, dos trecho que limita nas VC e VF apenas um instrumento de medida da avaliação.

Fundamentação conforme exemplo na letra “b”.

d) instituição do exame de curso deverá este ser aplicado por uma comissão, sempre no final do curso, observando se seus objetivos foram alcançados.

CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, após confrontando, a legislação inerente a avaliação escolar da Academia de Polícia Militar (Regimento Interno da Academia de Polícia Militar), com as teorias sobre a avaliação do ensino aprendizagem de alguns doutrinadores do campo pedagógico, ligados ao assunto em pauta, constatamos que a norma não foge da realidade teórica no seu todo.

Contudo, devido a evolução do assunto, como é próprio da ciência, constatamos em trechos da norma, assuntos que mereciam certos ajustamento a realidade atual.

Visto isto, e após observação da realidade, propusemos quatro alterações de real importância para igualar o processo de avaliação do ensino-aprendizagem da APM à diversas instituições de ensino superior desta Capital, por entender que os processo destas estão de conformidade com a evolução da teoria sobre avaliação escolar.

Não queremos e nem podemos dizer contudo que este trabalho encerra em si o assunto, apenas, dá um passo para a

melhoria do atual sistema de ensino desta Instituição, através do processo acolhedor e aberto da avaliação do ensino aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

COLOTTO, C.A. Processo de Avaliação. Revista Escola n.º 5, São Paulo, Abril, 1972.

THORNDIKER, R. e HAGEN, E. Testes y Tecnicas de Medición en psicologia y educación. México, Trillas, 1973.

LINDMAN, R. Medidas Educacionais. Porto Alegre, Blog, 1972.

ESTEVES, O.P. Testes, Medidas e Avaliação. Rio de Janeiro, Artes, 1973.

BRADFIELD, J. M. & MOREDOCK, H. S. Medidas e teste em educação. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1974.

BRASIL, Ministério da Educação/DEF. Avaliação do Currículo e da Aprendizagem. Série Ensino Fundamental, n.º 11, Brasília, 1973.

MEDEIROS, Ethet Bauzer. Provas objetivas. Rio de Janeiro. Fund. Getúlio Vargas, 1971.

SELLITZ et alli. Métodos de pesquisas das relações sociais. São Paulo, Herder, 1965.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo, Cortez, 1995.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 4. Ed. São Paulo: Loyola, 1986.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

AUTORES: 1º Ten PM Firmino Pereira de Carvalho Filho
2º Ten PM Aécio Álvares de Moura Filho
2º Ten PM Artur Gonçalves de Souza e Silva

TÍTULO: Avaliação Escolar na APM.

DATA DA DEFESA: 08 de dezembro de 1997.

BANCA EXAMINADORA

AVALIAÇÃO

Geraldo Margela – Maj PM

NOTA:

Mauro Teixeira Cândido – Maj PM

NOTA:

José Luiz Bianco – Cap PM

NOTA: